

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.629.078 - GO (2019/0354249-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : RODRIGO VIANA FREIRE
AGRAVADO : JOSE BEZERRA COSTA
AGRAVANTE : FELIPE MELAZZO DE CARVALHO
ADVOGADOS : IGOR LEONARDO COSTA ARAÚJO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
GO018207
RODRIGO VIANA FREIRE (EM CAUSA PRÓPRIA) - GO017412
FELIPE MELAZZO DE CARVALHO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
GO023170
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOÃO CARDOSO DA SILVA - DF034116

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IRRISORIEDADE NÃO EVIDENCIADA. MONTANTE FIXADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Rodrigo Viana Freire e Felipe Melazzo de Carvalho contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região deu provimento à apelação interposta pelos ora agravantes, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 539):

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. DESISTÊNCIA APÓS A CITAÇÃO DOS RÉUS E APRESENTAÇÃO DE DEFESA. QUITAÇÃO DA DÍVIDA EM ACORDO EXTRAJUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PAGOS PELOS RÉUS EXTRAJUDICIALMENTE. CONDENAÇÃO DA AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS CABÍVEL. DESISTÊNCIA PARCIAL E RECONHECIMENTO PARCIAL. PROPORCIONALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

1. Nos termos do art. 26 do CPC, "se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu".

2. No caso, tendo a Caixa desistido da ação monitoria após a apresentação da defesa pelos réus, ela deve arcar com a remuneração do trabalho desenvolvido pelos advogados da parte adversa! ainda que tenha havido acordo extrajudicial para por fim à lide e o pagamento de honorários advocatícios pelos réus

amigavelmente, celebrado entre autora e réus, sem a participação dos apelantes (advogados dos réus).

3. Consoante já se decidiu, o acordo feito pelas partes não é oponível ao advogado que dele não participou, naquilo que diz respeito aos honorários advocatícios.

4. Tendo sido acolhida pelos réus proposta de acordo formulada pela autora e efetuado o pagamento do valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a quitação da dívida cobrada, configura-se o reconhecimento parcial do pedido pelos réus, ensejando a aplicação da norma do § 1º do art. 26 do CPC, segundo a qual “sendo parcial a desistência ou o reconhecimento, a responsabilidade pelas despesas e honorários será proporcional à parte de que se desistiu ou que se reconheceu”.

5. É cabível a condenação da autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos advogados dos réus no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), considerando a complexidade da causa (que era baixa, mas envolvia a cobrança de montante vultoso) e o tempo decorrido desde o início da atuação dos advogados dos réus (24.01.2011) até o pedido de desistência parcial do processo (12.11.2013), aplicando-se o disposto nos arts. 26, § 1º, e 20, § 4º, ambos do CPC.

6. Apelação provida para condenar a Caixa ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Nas razões do apelo especial, os recorrentes indicaram divergência jurisprudencial e ofensa aos arts. 20, §§ 3º e 4º, e 26, § 1º, do CPC/1973, sob a assertiva de que a verba honorária teria sido fixada em montante irrisório.

O processamento do apelo nobre não foi admitido pela Corte de origem, levando os insurgentes a interpor o presente agravo, por meio do qual contestam a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a pretensão de alteração do valor arbitrado a título de honorários advocatícios demanda nova incursão no arcabouço fático-probatório, o que não nos é autorizado na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Cumprе esclarecer que não se desconhece a possibilidade de revisão da verba honorária quando o montante fixado se mostre ínfimo ou exorbitante, o que não se verifica no caso concreto, em que foi arbitrada a quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Ressalte-se que o Tribunal de origem fixou a verba honorária com base no art. 20, § 4º, do CPC/1973, tendo em vista a desistência do processo pela instituição financeira após o acolhimento, pelos réus, de proposta de acordo feita na audiência de conciliação, na qual se estabeleceu o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para quitação

da dívida.

Para o estabelecimento da verba honorária, a Corte regional considerou a baixa complexidade da causa e o tempo decorrido desde o início da atuação dos ora recorrentes até o pedido de desistência (aproximadamente 2 anos).

Nesse sentido, a revisão do valor fixado pela instância ordinária ensejaria o revolvimento de matéria fático-probatória, providência incabível no âmbito do recurso especial, pois resulta da avaliação subjetiva do magistrado diante das particularidades do caso concreto.

A propósito:

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exige novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1842286/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 18/03/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. (...) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DISTRIBUIÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolvem ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1540126/BA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2020, DJe 11/02/2020)

Superior Tribunal de Justiça

Assinale-se que a aplicação do enunciado n. 7 da Súmula do STJ à insurgência fulcrada na alínea *a* do permissivo constitucional também impede o conhecimento do recurso baseado na divergência jurisprudencial, porquanto as conclusões dissonantes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão jurídica.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE FATURAMENTO DA EMPRESA. POSSIBILIDADE. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". EXAME PREJUDICADO.

(...)

5. Assinale-se que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

6. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1810773/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator